



MAURO UTIDA  
mutida@jj.com.br

**Fórum empresarial**

O prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) participou ontem do fórum empresarial promovido pelo LIDE, em São Paulo, no Hotel Grand Hyatt. Ele foi apresentar os fatores atrativos de Jundiá para os empresários do LIDE, especialmente o Projeto Campus Jundiá, que deve colocar a cidade como expoente tecnológico na próxima década.

**Homenageados**

A Câmara Municipal definiu os homenageados deste ano, entre as pessoas e as entidades representativas da cidade. Os 41 homenageados foram definidos na sessão ordinária do último dia 5 e podem ser conferidos no site do Legislativo ([www.jundiá.sp.leg.br](http://www.jundiá.sp.leg.br)). A sessão solene de entrega de títulos honoríficos acontece dia 26 de outubro, a partir das 19h, no Teatro Polytheama.

**Concurso prorrogado**

Diversos concursos públicos que estão em vigência e expiram no dia 23 de outubro foram prorrogados por dois anos pela Prefeitura de Jundiá. A Unidade de Administração e Gestão de Pessoas informa que há uma despesa de recursos materiais e humanos, bem como de tempo, para a abertura e conclusão de um novo certame. As atividades que foram prorrogadas estão na Imprensa Oficial do dia 6.

**Estrada do Ivoturuaia**

O deputado Junior Aprillanti (PSB) comemorou o início das obras da Estrada do Ivoturuaia, que liga Jundiá a Campo Limpo Paulista. O deputado destinou R\$ 680 mil para pavimentação desta via e as obras estão sendo realizadas pelo Programa Patrulha Rodoviária, do Departamento de Estradas de Rodagem (DER). A previsão é que as obras sejam concluídas no prazo de seis meses.

**Mais emendas**

Além da emenda parlamentar de R\$ 680 mil destinada para pavimentação da Estrada do Ivoturuaia, Aprillanti informa que está tramitando junto à Casa Civil do Governo do Estado outra emenda parlamentar no valor de R\$ 300 mil para pavimentação de ruas no bairro Jardim Santa Branca, em Campo Limpo Paulista. Também já foram liberados R\$ 120 mil para a Casa do Senhor Jesus, que atende dependentes químicos.

**Reformas polêmicas**

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse ontem em sua conta no Twitter que as discussões sobre a reforma da Previdência foram retomadas e a expectativa é que a proposta seja votada no Congresso Nacional em outubro. As informações são da Agência Brasil. Meirelles afirmou que, após a aprovação da reforma da Previdência, o governo vai trabalhar na reforma tributária, com objetivo de simplificar o sistema.

► CAMPO LIMPO PAULISTA

**Câmara cassa mandato de Japim por 9 votos a 4**

O prefeito de Campo Limpo Paulista, Japim Andrade (PROS), teve seu mandato cassado na noite de ontem pela Câmara Municipal. Por 9 votos a 4, os vereadores acataram a denúncia de um ex-servidor que acusou o chefe do Executivo de utilizar-se de um motorista da prefeitura para fazer serviços particulares para a própria família. Com a decisão, Japim Andrade, que foi eleito 12.358 votos (31,93%), foi afastado do cargo e no seu lugar assumiu o vice-prefeito Aléssio

Grandizoli (PDT), que rompeu a ligação política com Japim em maio. Grandizoli tomou posse do cargo ontem mesmo logo após a votação. Na sessão extraordinária de ontem, a Câmara Municipal ficou lotada pela população contrária e a favor da cassação. No final da votação houve um princípio de tumulto dentro da Casa de Leis, mas foi controlada pela Guarda Municipal e Polícia Militar, que fazia a segurança do pleito. Os votos a favor pelo afastamento de Japim fo-

ram dos vereadores: Denis Braghetti (PSD), Dulce do Prado (PR), Professor Evandro (PROS), Riberto (PDT), Leandro Bizetto (PSDB), Marcelo Araújo (PR), Paulinho da Ambulância (PMDB), Valdir Arengui (PTdoB) e Cleonides (PSC), que votou no lugar do vereador Daniel Mantovani (PSC), que não compareceu. Os votos contra foram de Tonico (PSC), Paulinha do Vitória (DEM), Cristiane (PMDB) e Jura (PR). A acusação contra o prefeito é de um munícipe,

que já foi servidor da prefeitura na gestão do próprio Japim. A denúncia que conta com fotos e vídeos também está sendo analisada pelo Ministério Público. Este foi o segundo processo contra o prefeito que foi votado no Legislativo em menos de um mês. No dia 17 de agosto, os vereadores rejeitaram por 10 votos a 2 a abertura da Comissão Especial de Inquérito para investigar irregularidades na contratação de servidores e nepotismo pelo Executivo.

Em nota, a Prefeitura de Campo Limpo Paulista informou que apresentou a defesa aos vereadores ressaltando que o carro utilizado é particular do prefeito e o funcionário que aparece estava em horário de almoço. "Desde o início do mandato, o chefe do Executivo dispensou o carro oficial da prefeitura que teria por direito para não onerar o poder público. A prefeitura considera esta denúncia improcedente", informa. (Mauro Utida)

► EM ÁREA URBANA

Proposta é do vereador Leandro Palmarini (PV) para casos em que o animal é utilizado como meio de transporte de carga

**Projeto quer impedir os veículos de tração animal**

MAURO UTIDA  
mutida@jj.com.br

O uso de veículos de tração animal como meio de transporte de carga no perímetro urbano está com os dias contados em Jundiá, caso a Câmara Municipal aprove hoje o projeto de lei 11.884, de autoria do vereador Leandro Palmarini (PV). Se for aprovada, esta lei, se desrespeitada, resultará em multa de até R\$ 500 por animal. Para o autor da proposta, a presença de animais de tração, com o intuito de transporte de carga, representa uma série de transtornos e riscos, tanto para o próprio animal como para as pessoas.

"Geralmente estes animais têm sua qualidade de vida muito prejudicada e, além disso, a presença deles nas ruas e avenidas acaba prejudicando o trânsito de veículos, gerando riscos de acidentes", justifica.

**Programa de Estágios**  
A 30ª sessão ordinária da Câmara de Jundiá, que acontece nesta terça, a partir das 18h, terá sete projetos de lei no total, além de um projeto de resolução da mesa diretora que cria um



A 30ª SESSÃO Nesta terça, vereadores de Jundiá apreciarão temas como proibição de veículos de tração animal e uso de drones

programa de estágios para atividades desenvolvidas no Legislativo, nas áreas de administração, ciências sociais, contabilidade, direito, história, informática, jornalismo, letras e recursos humanos. Na ordem do dia, também será votada em segundo turno a proposta de

emenda à Lei Orgânica do Executivo, que renomeia a taxa de turismo para contribuição facultativa por diária de hospedagem no município, a ser direcionada ao Fundo Municipal de Turismo. De acordo com a Prefeitura de Jundiá, o objetivo da arrecadação deste montante é a implan-

tação de projetos previstos no Plano de Desenvolvimento Turístico. A Câmara também vota a moção do vereador Cícero da Saúde (PROS), que apela aos ministérios da Fazenda e da Saúde e as secretarias de estado das mesmas pastas por redução da carga tributária so-

bre medicamentos.

**Uso de drone**  
O projeto que deve dar maior discussão na noite de hoje é o que prevê o uso de drone pela Divisão Florestal da Guarda Municipal de Jundiá, para monitoramento e auxílio das atividades de fiscalização ambiental, incluindo a Serra do Japi. O PL 12.182 é de autoria do vereador Roberto Conde (PRB), que já havia apresentado há um ano a proposta para uso de drone para combater focos de dengue na cidade. Na ocasião, o projeto foi rejeitado pela maioria dos vereadores por receio de que o acesso das imagens pudesse violar a privacidade ou prejudicar a segurança de residências. "O drone é um meio eficiente de monitorar queimadas, crimes ambientais, ocupações irregulares e desmatamento, além de ter outros propósitos como busca de pessoas perdidas na mata e pesquisa de fauna e flora", defende. O drone já é utilizado com fins de monitoramento ambiental pela Polícia Ambiental no estado, conforme projeto de lei 16.380/2017, aprovado no Estado de São Paulo.

► DELAÇÃO DA JBS

**E-mails mostram que ex-procurador, ainda no cargo, ajudava irmãos Batista**

E-mails trocados entre o ex-procurador Marcelo Miller e representantes de um escritório de advocacia mostram que ele atuava em favor da JBS enquanto ainda era membro do Ministério Público. As mensagens foram entregues à PGR (Procuradoria-Geral da República) na última quarta-feira (6) pelo escritório Trench Rossi Watanabe, a quem o órgão havia pedido esclarecimentos. Há ao menos 13 trocas e-mails. Em nota divulgada anteontem, o ex-procurador negou ter cometido crimes. Após ser exonerado do Ministério Público Federal em 5 de abril deste ano, Miller passou a trabalhar nesse escritório, que negociou parte do acordo de leniência (de pessoa jurídica) da JBS. Até me-

dos do ano passado, Miller foi auxiliar do procurador-geral Rodrigo Janot em Brasília. Depois, ele voltou a atuar na Procuradoria no Rio de Janeiro até deixar a carreira em abril. Em um dos e-mails, de 5 de março, a advogada Esther Flesch reencaminha a Miller uma mensagem que recebeu de Francisco de Assis e Silva, diretor jurídico da JBS. "Esther, boa noite. Lerei com atenção. Ainda a contratação deverá ser feita e endereçada à JF Investimentos S/A e não a JBS", escreveu Silva para Flesch. O título da mensagem é "Compliance - comunicação confidencial e privilegiada". A advogada repassou o e-mail a Miller com o texto: "Para seu conhecimento". Na quar-

ta passada, o jornal *Folha de S.Paulo* revelou que a JBS convidou Miller, em fevereiro, para ocupar o cargo de diretor global de compliance (departamento anticorrupção) da companhia, setor que estava sendo criado por causa das investigações em curso. **Orientação**  
Em outro e-mail, de 14 de fevereiro, intitulado "sobre o caso que discutimos ontem", Miller esclarece a Flesch detalhes técnicos sobre improbidade administrativa - como no tópico "1) improbidade administrativa da empresa no âmbito do financiamento do BNDES". O então procurador responde dúvidas sobre uma apuração realizada pelo Ministério Público Fede-

ral em São Paulo e tece comentários sobre o perfil de três procuradores do órgão. Para a PGR, há indícios de que Miller tenha cometido o crime de exploração de prestígio (previsto no artigo 357 do Código Penal, com pena de 1 a 5 anos e multa), além da possibilidade de ter sido cooptado pela organização criminosa composta pelos executivos da JBS. Na semana passada, ao pedir ao STF a prisão dos delatores da JBS e também de Miller, Janot mencionou os e-mails do ex-procurador. "Entre os documentos apresentados constam elementos de que, antes de março, Marcelo Miller já auxiliava o grupo J&F no que toca o acordo de leniência firmado com o MP", diz Janot.

► MAIS JBS

**Juiz suspende o acordo de leniência**

O juiz da 10ª Vara Federal do DF, Vallisney Oliveira, suspendeu ontem a homologação do acordo de leniência da J&F. A decisão impede que pessoas ligadas à empresa possam aderir ao acordo e se tornar lenientes, beneficiando-se dos efeitos penais que acarretaria. O pagamento da multa de mais de R\$ 10 bilhões e os benefícios acordados com a empresa na esfera cível estão mantidos, pois não são competência da 10ª vara. A decisão foi tomada após a prisão de Joesley Batista e Ricardo Saud, neste domingo. Vallisney quer aguardar a definição sobre os acordos de delação da dupla, suspensos pelo ministro Edson Fachin até que expire a prisão temporária, nesta sexta.